

**16º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS – ÁREAS: COMUNICAÇÃO SOCIAL, DIREITO,
INFORMÁTICA E SECRETARIADO EXECUTIVO.**

PROVA: DIREITO

Candidato: _____

PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA

APLICAÇÃO: 19/10/2014

INSTRUÇÕES

- Para seu melhor desempenho, **procure utilizar bem o tempo de prova;**
- Verifique se esta prova contém **40 questões objetivas e 02 questões dissertativas;**
- Para cada questão objetiva existe apenas uma assertiva correta;
- Somente será considerada para correção a folha de resposta;
- **Marque na folha de resposta apenas uma letra para cada questão**, marcando um “X” com caneta esferográfica preta ou azul; mais de uma letra preenchida implicará anulação da questão;
- **Não haverá substituição da folha de respostas;**
- Não é permitida qualquer consulta;
- A resolução das questões objetivas e subjetivas, bem como o preenchimento da folha de resposta, deverão ser realizados no prazo total de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de questões deve ser entregue ao final da prova.

Direito Administrativo

01- Sobre os atos administrativos, indique a assertiva CORRETA:

- a) os atos administrativos são aqueles praticados pela Administração Pública e sujeitos ao regime jurídico-administrativo, em que o Estado mantém uma relação de horizontalidade com o particular.
- b) os atos administrativos são dotados do atributo da autoexecutoriedade, o que quer dizer que o administrador sempre prescindirá de intervenção judicial para efetivar sua execução.
- c) a falta de motivação do ato administrativo implica nulidade por ausência do elemento motivo, expressamente previsto pela Lei de Ação Popular.
- d) segundo a teoria dos motivos determinantes, a motivação vincula o administrador, ainda nos casos em que ela não seja exigida expressamente, induzindo nulidade a falsidade ou inexistência dos motivos declarados.

02- Sobre a organização da Administração Pública Federal:

- a) é vedado à União dar tratamento privilegiado a empresa pública ou sociedade de economia federal que explore atividade econômica em regime concorrencial.
- b) as agências reguladoras foram constituídas após a reforma administrativa sob a forma de empresas públicas federais com participação popular na composição de seu conselho administrativo.
- c) os ministérios são órgãos da administração pública indireta subordinados diretamente à Presidência da República.
- d) as fundações públicas de direito público são equiparadas a autarquias e estão sujeitas ao regime jurídico de direito público da administração direta.

03- Sobre a responsabilidade civil do estado brasileiro:

- a) as concessionárias de serviço público são objetivamente responsáveis pelos danos causados aos seus usuários e subjetivamente responsáveis pelos danos causados aos não usuários.
- b) é objetiva a responsabilidade do estado pelos atos omissivos e comissivos dos agentes públicos.
- c) a teoria da falta do serviço é aplicável na apuração da responsabilidade do estado por suas omissões.
- d) a responsabilidade pelos danos causados pela administração terá sempre por base a teoria do risco administrativo.

04- Sobre os agentes públicos, indique a assertiva INCORRETA:

- a) a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição não alcança os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.
- b) aos servidores públicos é garantida a irredutibilidade dos subsídios ou vencimentos, que se refere ao total da remuneração por eles percebida.
- c) aplica-se o regime geral de previdência social ao servidor ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) é dispensável a defesa técnica no processo administrativo disciplinar federal, de modo que não há nulidade na aplicação de sanção a servidor que não haja sido representado por advogado.

05- Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa:

- a) é imprescindível que se comprove o dolo para a responsabilização do agente pública por ato de improbidade administrativa.
- b) para que seja deferido o pedido cautelar de indisponibilidade de bens, exige-se a comprovação de dilapidação patrimonial pelo réu na ação de improbidade administrativa.
- c) salvo o Presidente da República, os agentes políticos estão sujeitos às sanções da lei de improbidade administrativa, cujo processamento se dará perante o juiz de primeiro grau, uma vez que não se reconhece a extensão do foro especial por prerrogativa de função no âmbito da responsabilidade político-administrativa.
- d) as sanções de perda do cargo público e inelegibilidade somente serão aplicadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

06- Sobre os bens públicos:

- a) todos os bens públicos são indisponíveis, impenhoráveis e inalienáveis.
- b) os bens de uso comum do povo são insuscetíveis de uso privativo.
- c) os bens consagrados ao serviço público são absolutamente inalienáveis.
- d) a desapropriação é uma forma de aquisição derivada de bens públicos.

07- Sobre a autotutela e o controle dos atos administrativos:

- a) à Administração Pública se faculta a prerrogativa de rever seus atos, revogando-os quando constatada inconveniência ou inoportunidade superveniente e anulando-os quando constatada ilegalidade insanável.
- b) o Poder Judiciário não pode revogar atos administrativos.
- c) não é passível de convalidação o ato administrativo praticado por autoridade incompetente subordinada àquela a quem competiria a sua prática.
- d) a ilegalidade dos atos regulamentares somente poderá ser corrigida pela sua anulação, que será procedida pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração.

Direito Constitucional

08- Sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro:

- a) a Constituição Federal adotou o modelo da nulidade das normas inconstitucionais para o controle concentrado-abstrato de constitucionalidade, de modo que a declaração de inconstitucionalidade sempre operará efeitos retroativos à data de edição da norma.
- b) somente o Poder Judiciário pode suspender a execução de normas inconstitucionais.
- c) segundo a regra constitucional do *full bench*, é imprescindível que as declarações de inconstitucionalidade por parte dos tribunais seja decidida pela maioria absoluta da corte ou de seu órgão especial.
- d) é admissível no direito brasileiro a técnica de declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade, também conhecida como interpretação da norma jurídica conforme a constituição.

09- Sobre os direitos fundamentais:

- a) segundo o Supremo Tribunal Federal, as normas definidoras de direitos fundamentais têm aplicação direta e imediata em relação ao Estado e mediata em relação aos particulares.
- b) as normas internacionais de direitos humanos têm status de norma constitucional, em virtude do disposto no art. 5º, §2º da Constituição Federal.
- c) tratando-se de cláusulas pétreas, as normas definidoras de direitos fundamentais não podem ser alteradas por Emendas Constitucionais.
- d) os direitos fundamentais são limitáveis, o que quer dizer que não há direitos absolutos, relevando para a garantia de convivência de direitos colidentes as técnicas de ponderação e concordância prática.

10- Sobre os direitos políticos e a nacionalidade:

- a) o alistamento eleitoral é vedado aos estrangeiros, aos militares e aos analfabetos.
- b) excepcionalmente se admite no Brasil a candidatura avulsa, nos casos em que a Lei veda a filiação a partido político.
- c) os cidadãos portugueses com residência permanente no Brasil poderão exercer os direitos políticos equivalentes aos de brasileiro naturalizado, candidatando-se, inclusive, a cargos eletivos não privativos de brasileiro nato.
- d) a cassação de direitos políticos em virtude de condenação por ato de improbidade administrativa somente poderá ser implementada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

11- Sobre o Ministério Público:

- a) segundo a Constituição Federal, o Ministério Público Eleitoral é o ramo do Ministério Público da União que atua perante a Justiça Eleitoral.
- b) o Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público Nacional e será escolhido pelo Presidente da República a partir de lista tríplice formada pelo voto igualitário de todos os membros da carreira.
- c) cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- d) ao membro do Ministério Público se garantiu a inamovibilidade, motivo pelo qual não poderá ele ser removido de ofício.

12- Sobre a competência da justiça federal, aponte a assertiva INCORRETA:

- a) cabe à lei ordinária definir os casos em que a justiça federal terá competência para julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional.
- b) serão julgados pelos Tribunais Regionais Federais os crimes federais praticados por deputados estaduais.
- c) compete à justiça federal julgar os mandados de segurança contra ato de autoridade de sociedade de economia mista federal.
- d) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves serão sempre julgados pela justiça federal.

13- Sobre a proteção constitucional do meio ambiente e dos índios, aponte a assertiva INCORRETA:

- a) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de terceira geração e caráter transindividual difuso.
- b) a Constituição Federal albergou expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica pelos crimes ambientais.
- c) o Constituinte originário assegurou aos indígenas a propriedade das terras por eles tradicionalmente ocupadas assim entendidas como as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- d) cabe ao Ministério Público Federal defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Direito Civil

14- São princípios norteadores do Código Civil de 2002, EXCETO:

- a) operabilidade

- b) patrimonialidade
- c) eticidade
- d) sociabilidade

15- Sobre os defeitos do negócio jurídico, é CORRETO afirmar que:

- a) é anulável o negócio jurídico que não se revestir da forma prescrita em lei.
- b) o negócio jurídico nulo poderá ser convalidado, se as partes interessadas assim acordarem.
- c) se a coação for absoluta, o negócio jurídico será nulo.
- d) são anuláveis os negócios jurídicos quando a declaração de vontade derivar de erro, seja de fato ou de direito.

16- Quanto à prescrição e à decadência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a prescrição não corre contra os relativamente incapazes, mas a decadência sim.
- b) o curso do prazo prescricional pode ser interrompido por diversas vezes, desde que ocorram as causas previstas no Código Civil.
- c) as partes podem, em comum acordo, fixar prazo decadencial diverso do previsto em lei.
- d) o Juiz não pode reconhecer de ofício a prescrição.

17- Sobre as obrigações e contratos, marque o item INCORRETO:

- a) nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, pertence ao devedor.
- b) a liberdade de contratar não está restrita aos contratos previstos no Código Civil.
- c) nas obrigações de dar coisa incerta, a escolha, em regra, pertence ao credor.
- d) do princípio da boa-fé objetiva decorrem deveres anexos para os contratantes, tais como os deveres de informação, lealdade e cooperação.

18- Assinale a opção CORRETA:

- a) se uma fundação estender suas atividades por mais de um Estado, caberá ao Ministério Público de cada um deles velar pelas suas atividades, e não ao Ministério Público Federal.
- b) aquele que ocupar, de forma mansa e pacífica, por mais de 15 anos, um bem público dominical, adquirirá sua propriedade por usucapião.
- c) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- d) a posse de boa-fé é aquela que não for violenta, clandestina ou precária.

Direito Processual Civil

19- Sobre competência no processo civil, marque a opção CORRETA:

- a) a incompetência absoluta deve ser alegada por meio de exceção.
- b) o juiz pode conhecer de ofício a incompetência relativa.
- c) o conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo juiz ou pelo Ministério Público.
- d) compete à Justiça Federal julgar qualquer demanda que verse sobre verbas públicas federais.

20- Assinale a assertiva CORRETA:

- a) segundo o Código de Processo Civil, se a petição inicial não atender a todos os requisitos legais, o juiz deverá indeferir-la de plano.
- b) a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu num único processo é permitida, desde que entre eles haja conexão.
- c) no procedimento sumário, são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros.
- d) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não impede o prosseguimento da reconvenção.

21- Com relação às medidas de urgência no processo civil, assinale a CORRETA:

- a) o pedido de antecipação de tutela deve demonstrar *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, ao passo em que o pedido cautelar exige prova inequívoca que convença o juiz da verossimilhança da alegação.
- b) se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- c) não é cabível pedido cautelar nos processos coletivos.
- d) tanto a antecipação de tutela quanto a medida cautelar são provimentos jurisdicionais liminares, a principal diferença é que a tutela antecipada visa resguardar a efetividade de futura sentença, enquanto que a cautelar busca conceder ao autor o pedido veiculado ou parte dele, antes da decisão judicial final.

22- Quanto à atuação do Ministério Público como fiscal da lei, assinale a CORRETA:

- a) essa se justifica sempre que houver recursos públicos envolvidos.
- b) a intimação do Ministério Público será sempre pessoal, com vista dos autos.
- c) intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público será intimado de todos os atos do processo, mas não poderá recorrer, uma vez que não é parte.

d) compete ao Ministério Público intervir nas causas em que há interesses de incapazes, sendo a intervenção dispensada caso estes estejam devidamente representados ou assistidos.

23- Sobre o recurso adesivo, estão corretas, EXCETO:

- a) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder.
- b) o recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do principal ou se ele for declarado inadmissível ou deserto.
- c) o recurso adesivo será admitido na apelação, nos embargos infringentes e de declaração, bem como nos recursos extraordinário e especial.
- d) ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.

24- Quanto ao mandado de segurança, marque a CORRETA:

- a) caberá mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
- b) o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.
- c) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial de 120 dias, desde que a decisão denegatória não lhe tenha apreciado o mérito.
- d) é admitido o ingresso de litisconsortes no polo ativo, desde que antes de proferida a sentença.

25- A respeito da ação civil pública e da ação popular, assinale a resposta CORRETA:

- a) a ação civil pública será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu, consoante disposto no art. 94 do Código de Processo Civil.
- b) na ação popular, o Ministério Público poderá assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- c) caberá ação civil pública para tutelar danos morais e patrimoniais causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- d) se o autor desistir da ação popular, o Juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.

26- Relativamente à ação de improbidade administrativa, é CORRETO afirmar que:

- a) a sua propositura deve observar as regras de competência relativas à prerrogativa de função aplicáveis ao processo penal.
- b) poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica interessada ou por associação constituída há pelo menos um ano e que inclua entre as suas finalidades a proteção ao patrimônio público.
- c) antes de receber a inicial, o Juiz notificará o requerido para se manifestar por escrito no prazo de 15 dias, e, caso se convença da ausência de provas do ato impugnado, rejeitará a ação.
- d) quando a ação de improbidade for proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada será intimada e poderá ingressar no polo ativo da demanda.

Direito Penal

27- O reconhecimento da insignificância da conduta afasta:

- a) a tipicidade.
- b) a ilicitude.
- c) o dolo.
- d) a culpabilidade.

28- Quanto ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro acolhe a teoria:

- a) da atividade.
- b) da ubiquidade ou mista.
- c) da finalidade.
- d) do resultado.

29- Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se tentado o crime no caso de arrependimento eficaz, mas não de desistência voluntária.
- b) Dolo eventual não se confunde com culpa consciente, pois somente naquele o agente prevê o resultado criminoso.
- c) O crime só é doloso se o agente quis o resultado.
- d) Em regra, uma pessoa só pode ser punida por fato previsto como crime se o pratica dolosamente.

30- Marque o item CORRETO:

- a) Age em legítima defesa de terceiro quem, sabendo que uma parente sua fora violentada no dia anterior, localiza e mata o agressor.
- b) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade e, conseqüentemente, a culpabilidade.
- c) Pela teoria do domínio do fato, o presidente de uma empresa é considerado, por presunção relativa, autor do

crime de fraude a licitação praticado pelo gerente de contratos.

d) São penas restritivas de direitos, entre outras, a prestação de serviço a entidades públicas e a limitação de fim de semana.

31- Assinale a opção INCORRETA:

- a) Responde por sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do Código Penal) o empregador que, descontando a contribuição devida pelo empregado, deixa de repassá-la ao INSS.
- b) Pratica conduta formalmente típica quem promove a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição.
- c) Responde por peculato (art. 312 do Código Penal) o estagiário da Receita Federal que se apropria de um *notebook* apreendido.
- d) Se a falsificação for grosseira, não responde o agente pelo delito de moeda falsa (art. 289 do Código Penal), mas pode responder, a depender das circunstâncias, por estelionato (art. 171 do Código Penal).

32- João, servidor da administração fazendária, exigiu R\$ 1.000,00 (mil reais) de Maria, administradora da empresa Brasil Comércio LTDA, para emitir certidão negativa de débitos em favor da empresa. Maria efetuou o pagamento em dinheiro. Caberá ao Procurador da República, considerando provados esses fatos:

- a) oferecer denúncia contra João por corrupção passiva.
- b) oferecer denúncia contra João por concussão e contra Maria por corrupção ativa.
- c) oferecer denúncia contra João por concussão.
- d) oferecer denúncia contra João por falsidade documental e contra Maria por corrupção ativa.

33- Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O usuário de drogas sujeita-se às penas de advertência sobre os efeitos das drogas e detenção.
- b) Incide nas penas relativas ao tráfico de drogas aquele que adquire, em desacordo com a legislação, grande quantidade de matéria-prima destinada à preparação de drogas.
- c) A falsificação de nota fiscal não constitui crime contra a ordem tributária, mas sim delito de falsidade documental.
- d) É atípica a conduta de oferecer gratuitamente fotografia com cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Direito Processual Penal

34- Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei processual penal somente se aplica aos processos iniciados após a sua vigência.
- b) O inquérito policial pode ser presidido por Procurador da República, haja vista o poder investigatório do Ministério Público.
- c) O arquivamento do inquérito policial pode fazer coisa julgada material.
- d) Quanto à aplicação da lei processual penal no espaço, vigora a regra da extraterritorialidade.

35- Sobre competência no processo penal, marque a opção CORRETA:

- a) Cabe à Justiça Federal processar e julgar crimes cometidos por crianças e adolescentes que resultem em dano ao patrimônio da União.
- b) Havendo conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual, deverão eles ser julgados na primeira.
- c) Cabe à Justiça Estadual julgar crime de genocídio de grupo indígena.
- d) Qualquer membro do Ministério Público Federal pode suscitar, em processo que tramita na Justiça Estadual, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

36- Com relação à ação penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação penal pública condicionada é a regra, na ausência de estipulação legal em contrário.
- b) Uma vez apresentada a queixa, o ofendido não pode desistir da ação penal de iniciativa privada.
- c) Na ação penal pública condicionada a representação, esta será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.
- d) Todas as espécies de ação penal sujeitam-se a prazo decadencial para ajuizamento.

37- Sobre as prisões no sistema processual brasileiro, indique a assertiva INCORRETA:

- a) a prisão em flagrante deverá ser comunicada imediatamente ao juiz, que deliberará sobre seu relaxamento, quando ilegal; sobre sua conversão em prisão preventiva, quando satisfeitos os requisitos legais; sobre sua substituição por outra medida cautelar legalmente prevista; ou sobre a concessão de liberdade provisória com ou sem fiança.
- b) a decretação da prisão preventiva dar-se-á de ofício no curso do processo ou mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial no curso das investigações.
- c) desde que identificada a materialidade e existentes fundados indícios de autoria ou participação do indiciado nos crimes expressamente previstos em lei, a prisão temporária poderá ser decretada quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

d) somente será admissível a prisão preventiva quando, existentes provas de materialidade e indícios de autoria, for necessária para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

38- Sobre o processo penal e a execução da pena nos crimes hediondos, aponte a assertiva INCORRETA:

- a) na execução da pena por condenação por crimes hediondos praticados antes de 28 de março de 2007, a progressão de regime dar-se-á após o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena aplicada.
- b) é inadmissível a liberdade provisória com fiança.
- c) o réu não poderá apelar em liberdade.
- d) o livramento condicional somente será admitido após o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena aplicada.

39- Sobre os recursos no processo penal:

- a) é cabível recurso ordinário nos *habeas corpus* decididos em última instância pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) os embargos infringentes e os de nulidade são admissíveis em face de julgamento não unânime da apelação que reforme a sentença absolutória.
- c) se o apelante declarar que apresentará as razões em segundo grau, o juiz deverá encaminhar os autos à defensoria pública para sua apresentação, tendo em vista a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal.
- d) é admissível o juízo de retratação no processamento do recurso em sentido estrito pelo magistrado de primeiro grau.

40- Sobre a interceptação de comunicações telefônicas, é INADMISSÍVEL:

- a) a prorrogação do prazo legal, salvo por uma única vez.
- b) a decretação na investigação de crimes punidos apenas com detenção.
- c) a decretação de ofício pelo juiz no curso da investigação criminal.
- d) a formulação de pedido verbal, ainda que reduzido a termo.